

Do autor de *O Capital no Século XXI*

THOMAS
PIKETTY

NATUREZA,
CULTURA E
DESIGUALDADES

UMA PERSPETIVA
COMPARADA
E HISTÓRICA



ÍNDICE

1	Existem desigualdades naturais? A longa caminhada em direção à igualdade	9
2	A evolução da desigualdade e dos sistemas desigualitários	15
3	Desigualdade de rendimento	21
4	Desigualdade de património e riqueza	27
5	Desigualdade de género	31
6	Diferentes velocidades na evolução para a igualdade na Europa	37

7	
O exemplo sueco	47
8	
A ascensão do Estado-providência: o exemplo das despesas com a educação	53
9	
Rumo a uma maior igualdade de direitos	65
10	
Tributação progressiva	69
11	
O que fazer com a dívida?	83
12	
Natureza e desigualdades	91
<i>Conclusão</i>	97
<i>Referências</i>	99
<i>Créditos</i>	101

Existem desigualdades naturais? A longa caminhada em direção à igualdade

Os regimes desigualitários, ou seja, a estrutura e a dimensão das desigualdades socioeconómicas em diferentes sociedades e épocas, são de uma extraordinária diversidade. A História e as culturas desempenham um papel central na compreensão deste fenómeno¹. Com efeito, as desigualdades estão associadas a trajetórias socioeconómicas, políticas, culturais, civilizacionais ou religiosas muito distintas entre si. É a cultura, no seu sentido mais lato, e talvez mais do que a cultura, as mobilizações políticas coletivas, que permite explicar a diversidade, a dimensão e a estrutura das desigualdades sociais

¹ Este texto é a transcrição de uma palestra proferida a 18 de março de 2022 no Museu do Cais Branly — Jacques Chirac, a convite da Sociedade de Etnologia.

existentes. Inversamente, o peso dos fatores ditos «naturais», como talentos individuais, disponibilidade de recursos naturais ou outros fatores semelhantes, é relativamente limitado.

O exemplo da Suécia, considerado um dos países mais igualitários do mundo, é interessante a este respeito. Alguns atribuem este facto às características intemporais do país, a uma cultura que é por natureza adepta da igualdade. Porém, na realidade, a Suécia foi durante muito tempo um dos países mais desiguais da Europa, com uma impressionante sofisticação na organização da sua desigualdade. Esta situação transformou-se muito rapidamente no segundo terço do século XX, em resultado de uma mobilização política e social, com a chegada ao poder do partido social-democrata, no início da década de 1930. Este partido social-democrata, que governou durante meio século, colocou a capacidade estatal da Suécia ao serviço de um projeto político completamente diferente da ordem anteriormente vigente. A Suécia representa, neste contexto, um caso interessante que mata pela raiz a crença em qualquer determinismo a longo prazo, decorrente de fatores naturais ou mesmo culturais, responsável pelo facto de algumas sociedades serem eternamente igualitárias,

ao contrário de outras, eternamente desiguais, como a Índia, por exemplo. As construções sociais e políticas estão sujeitas a mudanças, e por vezes de forma muito mais célere do que supõem os observadores contemporâneos — nomeadamente os vencedores do sistema, os grupos dominantes que, por razões óbvias, tendem a normalizar as desigualdades, apresentando-as como imutáveis e alertando contra qualquer mudança que possa ameaçar esta confortável harmonia. A realidade é bastante mais dinâmica e encontra-se em permanente reconstrução: é o resultado de relações de poder, compromissos institucionais e bifurcações inacabadas.

Apesar da grande diversidade de sistemas desigualitários, verifica-se, contudo, um movimento fundamental ao longo dos últimos séculos: a tendência para uma maior igualdade social. É certo que se trata de um movimento historicamente situado, que não teve início, por exemplo, no Neolítico ou na Idade Média. Pertence a um período histórico muito específico inaugurado em 1789, no fim do século XVIII, e que conduziu a uma maior igualdade económica e social.

Trata-se de um percurso evolutivo, com limitações, em direção à igualdade, um processo hesitante e caótico, no qual o conflito social desempenha um papel

fortíssimo. Implica, por outro lado, formas de aprendizagem coletiva. Em *Capital e Ideologia* (2019), insisto na importância da aprendizagem coletiva sobre as instituições justas, especialmente em relação à questão dos limites: qual é o perímetro da comunidade a que pertencemos? De que forma se organizam o poder político e o regime político dentro dessa comunidade? O mesmo se aplica em relação à propriedade: quais são as regras coletivas que definem os limites e o âmbito do direito de propriedade? O que temos o direito de possuir? O que significa ser proprietário?

É a partir destas duas entidades centrais, fronteira e propriedade, que se desenrolam conflitos e movimentos através dos quais cada país tenta aprender com a sua própria experiência, esquecendo-se, muitas vezes, infelizmente, da experiência de outros. Cada país está nesta trajetória de aprendizagem que, a longo prazo, tende a conduzir a uma maior igualdade, ainda que de forma hesitante e com múltiplas fases de regressão a marcar o processo.

Por último, para além desta diversidade de regimes desigualitários e dos obstáculos na caminhada de evolução para a igualdade, não podemos esquecer outro tipo de relação entre natureza, cultura e desigualdades, que gostaria de aqui abordar e com o qual

irei concluir a intervenção que aqui apresento: a destruição da natureza, da biodiversidade, o aquecimento global e as emissões de carbono. Nas próximas décadas, estas questões terão um papel cada vez mais central. Poderão gerar uma maior exigência de igualdade que supere aquela a que temos assistido recentemente. Não haverá saída para a crise do aquecimento global nem reconciliação possível entre a humanidade e a natureza sem uma redução drástica das desigualdades e sem um novo sistema económico radicalmente diferente do atual sistema capitalista. Estou a falar de «socialismo participativo, democrático e ecológico» para descrever este sistema, mas é evidente que outros termos podem ser inventados — e sem dúvida que o serão. Em todo o caso, penso que é fundamental, se quisermos enfrentar estes desafios, reabrir o debate sobre a mudança de sistema económico e sobre a sua evolução a longo prazo.

A evolução da desigualdade e dos sistemas desigualitários

Os elementos que irei aqui apresentar provêm em parte de *Uma Breve História da Igualdade*, publicado em 2021, e em parte da *World Inequality Database*, a partir da qual foi elaborado o Relatório Mundial da Desigualdade de 2022. Esta base de dados sobre as desigualdades mundiais resulta de um esforço coletivo, fundando-se na pesquisa de mais de uma centena de investigadores internacionais. Graças a ela, foi possível recolher dados históricos que permitem compreender a evolução da distribuição de rendimento e de património ao longo de períodos dilatados, por vezes superiores a três séculos.

Este domínio de investigação que estuda a desigualdade tem uma história muito longa, sendo

o meu papel o de simplesmente dar seguimento a trabalhos muito anteriores. Podemos citar Fernand Braudel, Ernest Labrousse, Adeline Daumard, François Simiand, Christian Baudelot, Gilles Postel-Vinay e muitos outros. Existe uma forte tradição francesa de historiadores, sociólogos e economistas, que, desde o início do século xx, procuraram recolher dados relativos a salários, rendimentos, lucros, terrenos e propriedades. Tive a sorte de começar a trabalhar numa altura em que a digitalização destes dados facilitou muito a acumulação de conhecimentos. É isso que nos impressiona ao reler a obra de Labrousse ou de Daumard: as operações de recolha de dados eram feitas à mão, ocupando esse registo grandes quantidades de espaço. Era necessário reunir dados sucessórios de diferentes arquivos, parisienses e regionais, e registá-los em fichas de cartolina. Esta prática exigia um esforço considerável, deixando infelizmente poucas pistas utilizáveis para o investigador que se seguisse. Esta história dita «serial» desapareceu, em parte porque a organização e a descrição da própria recolha absorviam grande parte da energia do investigador, por vezes em detrimento da investigação histórica. É evidente que hoje em dia é muito mais

fácil realizar este trabalho de recolha, numa escala comparativa mais vasta e numa lógica diretamente cumulativa.

Por outro lado, o facto de a investigação histórica se inscrever de forma explícita no século XX (o que não foi o caso da primeira vaga de história serial, focada nos séculos XVIII e XIX) obriga a colocar a História, e em particular a política, no cerne da análise. Quando nos debruçamos sobre o século XVIII ou mesmo sobre o século XIX, é mais ou menos possível configurar — erradamente, a meu ver — tendências muito estanques, independentes das evoluções políticas. Porém, quando se trata do século XX, tudo se torna evidente de forma flagrante, mal se traça uma curva com salários, rendimento e riqueza: a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, a Libertação, Maio de 68, etc. É impossível não fazer história política quando se procura explicar este tipo de ruturas que saltam à vista. Permitam-me que esclareça desde já que estou a referir-me à dimensão construtiva e coletiva da história política. Contrariamente ao que alguns afirmam, não são as guerras propriamente ditas, nem tão-pouco acontecimentos catastróficos como a Grande Peste, que produzem igualdade. No caso da Revolução Francesa, as guerras chegaram mesmo a inibir a revolução.

Em muitos países, a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais tiveram um impacto relativamente pouco importante no que toca aos progressos tendentes à igualdade: tudo depende das construções e das oportunidades existentes. Foi principalmente graças às mobilizações políticas e sindicais que foi possível mudar paradigmas, como na Suécia, onde os dois conflitos mundiais pouco contaram. Saliente-se também que, nos Estados Unidos, a implementação de políticas públicas deveu-se mais à crise dos anos de 1930 do que à Primeira Guerra Mundial. As verdadeiras forças de mudança, como veremos, são a mobilização social e política, assim como a capacidade de construir novas oportunidades institucionais.

Tive assim a sorte de ter iniciado a minha investigação neste contexto intelectual, com acesso a redes internacionais de investigadores, como aqueles que contribuíram para a *World Inequality Database*. Isto possibilitou-me alargar o foco comparativo e histórico, assim como perceber a enorme diversidade de regimes desigualitários e as limitações no percurso evolutivo para a igualdade que mencionei. Para dar uma ideia geral inicial acerca da diversidade de regimes desigualitários, começarei por apresentar alguns resultados com base num critério muito simples: a distribuição

de rendimento. De seguida, centrar-me-ei na distribuição de património. Importa esclarecer a diferença entre estes dois termos. Rendimento é o que se ganha ao longo de um ano e pode provir de rendimentos de trabalho ou de património próprio (rendas, juros, dividendos, etc.). Património é o que se possui (habitação, ativos empresariais, títulos financeiros, etc.), e a sua distribuição é sempre bastante mais desigual do que o rendimento. A posse de capital determina também a estrutura das relações de poder. Isto é obviamente verdade para a posse de ativos empresariais e de meios de produção, mas também se aplica à posse de habitação e do quadro de reprodução da vida privada e familiar, bem como ao poder de apropriação do Estado e do poder público através da dívida pública, segundo modalidades diferentes.

Desigualdade de rendimento

Começemos pelo rendimento. Dispomos neste âmbito de um indicador relativamente simples: a percentagem do grupo dos 10% dos indivíduos que detêm os rendimentos mais elevados no conjunto do rendimento total. Por definição, numa sociedade perfeitamente igualitária, esta percentagem deveria ser igual a 10% do rendimento total, uma vez que estes indivíduos representam 10% da população.

Numa sociedade totalmente desigualitária, esse grupo dos 10% dos indivíduos mais ricos monopolizaria todos os rendimentos, e a sua percentagem no rendimento total atingiria os 100%. Obviamente, a realidade situa-se sempre algures a meio. Como se pode ver na Figura 1, os níveis mais baixos

de concentração (20-30%) encontram-se no Norte da Europa, e os mais elevados na África do Sul, onde essa percentagem ascende aos 70%. Estes dados oferecem, assim, uma visão geral inicial das variações que existem nos níveis de desigualdade no planeta.

Figura 1 — Percentagem do rendimento dos 10% mais ricos do mundo, 2022



Figura 2 — Percentagem do rendimento dos 50% mais pobres do mundo, 2022



Se procurarmos, de forma rápida, identificar as zonas mais igualitárias e as mais desigualitárias do mundo, a primeira constatação é de que existem grandes variações, por vezes dentro da mesma região. Por exemplo, dentro da América Latina, a Argentina é menos desigual do que o Brasil ou o Chile, dada a sua história sociopolítica e o impulso da construção de um Estado social sob a égide do peronismo, mais consequente do que nos países vizinhos. No entanto, algumas regiões são no seu conjunto bastante mais marcadas pelas desigualdades: a África do Sul, devido à herança do *apartheid*, e a África Austral em geral; a América Latina, muito dominada no seu conjunto por desigualdades na posse de propriedade, fruto da colonização espanhola e dos regimes políticos que se seguiram; a América do Norte, marcada por características de desigualdades raciais específicas. De um modo geral, a herança colonial ainda está muito presente nas estruturas que sustentam as desigualdades. Paralelamente, existem regiões como o Médio Oriente, onde os níveis elevadíssimos de desigualdade provêm, não de um passado de desigualdades raciais ou coloniais, mas de uma realidade moderna, nomeadamente da extrema concentração de distribuição de receitas financeiras provenientes das receitas petrolíferas.

No atual mapa das desigualdades, verifica-se, portanto, uma mistura de elementos históricos e contemporâneos, com lógicas diferentes que se entrelaçam.

Este indicador de desigualdade é ainda mais flagrante quando observado a partir de baixo: qual é a dimensão da parcela dos 50% mais pobres no total do rendimento nacional (Figura 2)? Também aqui é preciso ter em conta as ordens de grandeza. Se tivéssemos uma sociedade perfeitamente igualitária, os 50% mais pobres deveriam deter 50% do rendimento total. Inversamente, no quadro de uma sociedade totalmente desigual, essas pessoas não teriam nada. No atual cenário real, este número situa-se nos 5% ou 6% nos países mais desiguais (África do Sul, por exemplo), e nos 20% ou 25%, nos países mais igualitários (novamente o Norte da Europa). Ou seja, nunca atinge os 50%. Quando dizemos que esta parcela da população recebe 25% do rendimento total, significa que o rendimento médio dos 50% mais pobres é cerca de metade do rendimento médio nacional. Neste caso, as desigualdades existem, mas são menos acentuadas do que quando o rendimento dos mais desfavorecidos corresponde a 5% do rendimento total, sendo, nesse caso, o rendimento médio desta população um décimo da média nacional.

De um modo geral, é importante também aqui ter presente a grande diversidade de situações. Se adotarmos uma visão que apenas considera o produto interno bruto (PIB) de um país ou o rendimento nacional médio, estaremos a ignorar por completo a realidade das condições de vida de grande parte dos grupos sociais dessa sociedade. Com efeito, para o mesmo rendimento médio observado, a percentagem do rendimento dos 50% mais pobres² pode variar numa proporção de 1 para 5, consoante o modelo de modelo de distribuição do rendimento (de 5% do rendimento total na África do Sul a 25% na Suécia, para simplificar). Uma análise da evolução da pobreza será necessariamente incompleta e limitada se olhar somente para o rendimento médio na sua globalidade.

É impossível explicar toda esta diversidade de desigualdades a partir dos fatores ditos «naturais». A distribuição existente não pode ser atribuída a talentos, dons ou temperamentos individuais — seria espantoso se a distribuição desses talentos individuais pudesse variar a tal ponto de um país para outro. Também não é possível explicá-la com base nos recursos naturais de que dispõem os países — existe petróleo

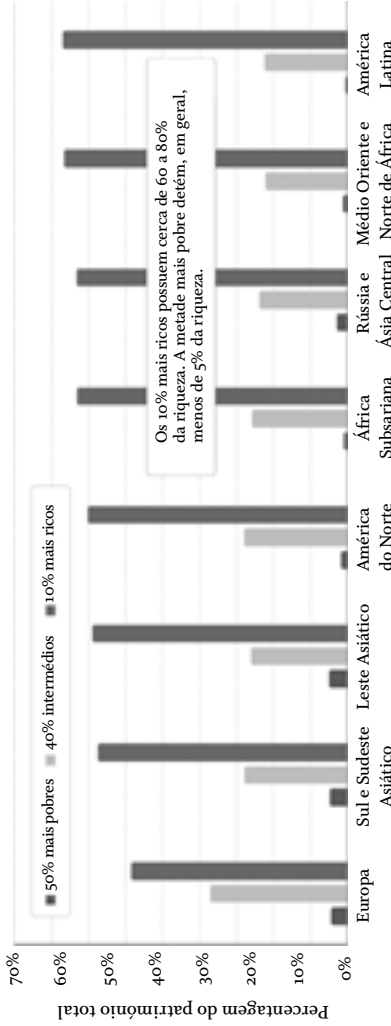
² Na base de dados wid.world, é perfeitamente possível refinar a pesquisa, centil a centil, milésimo a milésimo. Apresento aqui os indicadores mais globais.

tanto no Médio Oriente quanto na Noruega, mas as distribuições de rendimento são completamente diferentes. É um facto inegável que as instituições escolhidas por estas diferentes sociedades, elas próprias moldadas por fatores sociais, culturais, políticos e ideológicos, dão origem a grandes variações nos níveis de desigualdade.

Desigualdade de património e riqueza

O que vimos em relação à distribuição do rendimento aplica-se igualmente à distribuição do património, sendo importante, contudo, realçar uma especificidade: a distribuição da propriedade, do património imobiliário, financeiro e empresarial, é sempre muito mais concentrada do que a distribuição do rendimento. Em termos de rendimento, os 10% mais ricos oscilam entre 25% e 70%, na Suécia e na África do Sul, respetivamente. Em termos de património, a percentagem dos 10% mais ricos situa-se sempre entre 60% e 90%. Por outro lado, enquanto a percentagem dos 50% mais pobres varia entre 5% e 25% no que toca ao rendimento, quando se trata de património, é sempre inferior a 5%. (Figura 3).

Figura 3 — A extrema concentração de capital: desigualdade de património por região do mundo, 2021



Interpretação: Na América Latina, os 10% mais ricos detêm 77% do património das famílias, em comparação com 1% para os 50% mais pobres. O património líquido das famílias é igual à soma dos ativos financeiros (por exemplo, ações e obrigações) e dos ativos não financeiros (por exemplo, habitação e terrenos) detidos pelos indivíduos, líquidos das suas dívidas.
Fontes: wir2022.wid.world/methodology.

Em suma, o grupo dos 50% mais pobres nunca possui nada ou não possui quase nada. Na Europa, e em particular em França, esse grupo detém apenas 4% da riqueza total. A situação é certamente melhor do que na América Latina, onde essa quota é de apenas 2%, mas mesmo ainda assim o desfavorecimento é claro para metade da população.

É importante ter estes factos bem presentes. Quando se traça estes panoramas da desigualdade mundial, existe, com efeito, uma tendência muito frequente na Europa, e em França, em particular, de regozijo perante a igualdade que reina nos nossos países. Convém, no entanto, contextualizar e relativizar. É verdade, houve um movimento histórico de evolução da igualdade sensivelmente mais forte em França e na Europa do que noutras regiões do mundo, mas, esclareça-se desde já, não aconteceu por si só, construiu-se com base em lutas políticas e sociais significativas. Para além disso, este progresso diz respeito principalmente à distribuição de rendimentos, a qual foi um pouco nivelada no espaço de um século. Em contrapartida, no que toca à distribuição de património, as coisas evoluíram muito pouco. Há um século, em França, a quota-parte dos 50% mais pobres era de 2%, como é hoje na América Latina.

Atualmente, é de 4%, o que certamente constitui um progresso, embora absolutamente insignificante, pois não altera em nada a realidade geral: a propriedade no seu conjunto (imobiliária, financeira e profissional) é extremamente concentrada. Se nos limitarmos ao capital empresarial e aos meios de produção, o cenário é ainda mais concentrado. A quota-parte dos 10% do topo seria de 80%, 90% ou mais, enquanto a dos 50% das camadas mais baixas seria praticamente nula. O sistema social nunca deixou de ser caracterizado por uma concentração extrema do poder económico. Note-se que a redistribuição da propriedade teve um impacto importante na desigualdade entre os 10% mais ricos e os 40% das classes intermédias, mas esse impacto foi praticamente nulo sobre os 50% mais pobres.

Desigualdade de gênero

De um modo geral, procuramos, no âmbito da *World Inequality Database*, desenvolver métodos e fontes que permitam obter dados que sejam tão comparáveis quanto possível em diferentes partes do mundo. O nosso trabalho inicial debruçou-se primeiro sobre a desigualdade de rendimentos e a seguir sobre a desigualdade de propriedade. Posteriormente, desenvolvemos um indicador bastante simples sobre a desigualdade de gênero: a participação das mulheres no rendimento total do trabalho (salário e rendimento proveniente de trabalho por conta própria). Num cenário de igualdade perfeita, esse número deveria ser de 50%. Na verdade, porém, se olharmos para os estudos sobre o tempo de trabalho, incluindo naturalmente

o trabalho doméstico, o contributo das mulheres excede os 50%. Idealmente, a sua quota-parte no rendimento total deveria, por conseguinte, ser superior a 50%. No entanto, na prática, como se pode verificar (Figura 4), estamos ainda muito longe desse cenário. Embora haja alguns progressos, por exemplo na Europa, onde este indicador passou de 30% para 36% nas últimas décadas (com 64% ainda reservados para os homens), alguns países estão a regredir. Na China, onde estes valores eram ligeiramente superiores aos de outros países dada a sua herança comunista, registou-se uma redução nas últimas décadas, devida em grande parte à explosão de salários muito elevados, em cargos predominantemente exercidos por homens, tanto na China como noutros países.

Este tipo de indicador tem a vantagem de oferecer uma imagem mais justa e precisa da enormidade das desigualdades de género no plano económico em relação a outros indicadores que tendem a eufemizar a realidade.

A desigualdade tem origens muito diversas, intimamente relacionadas com o momento histórico e o contexto social que quisermos analisar. Um debate antigo contrapõe fatores culturais, como seriam políticas educativas e fiscais, a fatores naturais, como os recursos geográficos ou um qualquer talento inato, para destrinçar a origem de clivagens sociais e económicas tão expressivas e dispersas no tempo e no espaço. Para compreender esta discussão, porém, é vital analisar os fatores que têm contribuído para o fenómeno e as múltiplas trajetórias socioeconómicas, políticas, culturais e religiosas a que está ligado.

Neste texto breve, Thomas Piketty apresenta uma síntese dinâmica e muito pertinente do seu trabalho: abordando temas tão variados como a educação, o património, o sistema fiscal, a crise climática ou a desigualdade de género, refuta a existência das «causas naturais» para a desigualdade e demonstra como o caminho para a igualdade só pode ser feito através da luta social e política.



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt

f editoraobjectiva
@ penguinlivros

ISBN 9789897875397



9 789897 875397 >